

5/2010

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
MÉRTOLA, REALIZADA EM 29 DE  
NOVEMBRO DE 2010** -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 20, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pela circular nº 15 edital nº 5/2010 ambos de 19 de Novembro de 2010. -----

|  | PF |
|--|----|
| Mário Avelino da Silva Martins   | P  |
| Miguel da Conceição Bento  | P  |
| João Miguel Palma Serrão Martins   | P  |
| Maria Odete de Jesus Palma   | P  |
| Cláudia Isabel Nascimento Celestino  | P  |
| Rui Jorge da Silva Pereira Mateus  | F  |
| Manuel Joaquim de Jesus Pereira  | P  |
| Maria José da Assunção Lourenço Henrique   | P  |
| José Francisco Neto  | P  |
| Manuel Sequeira Gonçalves  | P  |
| José Eugénio Martins Pereira da Costa  | F  |
| Maria Otilia Colaço Alves Raposo   | P  |
| Mariana Ricardina Costa  | F  |
| António Manuel Pereira   | F  |
| Mário José Eugénio   | P  |
| Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva          | P  |
| João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto        | P  |
| Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. da Junta de Freguesia de Espírito Santo        | P  |
| Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola   | P  |
| Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas       | P  |
| José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros | P  |
| Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro         | P  |
| José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis             | P  |
| Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros | P  |

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** -----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

1º Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira; -----

2º Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo. -----

**ABERTURA DA SESSÃO:-** Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respectivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17,15 horas. -----

**1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**1.1.-RENÚNCIA AO MANDATO – RUI JORGE DA SILVA PEREIRA MATEUS:** -----

----- Por carta datada de 25 de Novembro de 2010, o membro Snr. Rui Jorge da Silva Pereira Mateus, comunica a renúncia ao mandato nesta Assembleia e para o qual foi eleito na lista da CDU, por razões que se prendem com a sua vida pessoal. -----

----- Considerando que se enquadra no disposto no nº 2 do artº 76º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou aceitar o pedido de renúncia efectuado. -----

----- Encontrando-se presente na sala o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, D. Maria Odete Guerreiro Teixeira, o Snr. Presidente da Mesa verificou a sua identidade e legitimidade, e declarou-a membro efectivo deste órgão durante o período de duração do

mandato, tendo a mesma tomado assento na sessão, nos termos do nº 4 do artº 76º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - - - -

**1.2.- FALTAS DADAS À SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2010, E NÃO JUSTIFICADAS:** - - - - -

----- Não apresentaram justificação às faltas dadas à sessão ordinária realizada no dia 24 de Setembro do corrente ano, os membros Snrs. Rui Jorge da Silva Pereira Mateus e António Manuel Pereira. - - - - -

----- A Mesa da Assembleia, no uso da competência que lhe é conferida pelo nº 5 do art.º 46º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade, deliberou injustificar as faltas. - - - - -

**1.3.- JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS À SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2010:** - - - - -

----- Apresentou justificação da falta à sessão ordinária realizada em 24 de Setembro p.p. o membro Snr. Mário José Eugénio. - - - - -

----- A Mesa da Assembleia, no uso da competência que lhe é conferida pelo nº 5 do art.º 46º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade, deliberou justificar a falta. - - - - -

**1.4.- ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011 – MOÇÃO:** - - - - -

----- A Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva, em nome dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, leu em voz alta uma Moção sobre o Orçamento Geral de Estado para 2011, que fica anexa à minuta desta acta e cujo teor se transcreve após ter sido reformulado por consenso da Assembleia Municipal. - - - - -

----- O Snr. Presidente da Mesa, após a leitura do documento, disse que na sua opinião se trata de uma moção político/partidária. Que também está preocupado com o problema da crise que tem de ser resolvida com algum esforço dividido por toda a gente. Que o Governo teve a preocupação de deixar de fora muita gente e infelizmente ficam alguns milhões de pessoas. Que acha que o corte no Orçamento Municipal é maior do que os 400 mil euros referidos e todos estamos preocupados, mas que esta moção trata-se de uma moção política de ataque ao Governo. - - - - -

----- Tomando a palavra, a Snrª Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que enquanto responsável pela Junta de Freguesia tem uma dificuldade acrescida como é referido na moção porque uma redução por pequena que seja em orçamentos já diminutos torna tudo mais preocupante. Que também está preocupada e os cortes penalizam os investimentos mas que tendo em conta a situação geral de crise no país acha difícil não haver cortes. Que se deveria tomar uma posição de desagrado, mas não vê qual a forma de se sair desta situação que é inevitável. - - - - -

----- O membro Dr. Miguel Bento disse esperar que a moção apresentada fosse mais consensual. Que em sua opinião as moções são todas político/partidárias e quanto às dificuldades dos cidadãos, cada um sabe as que passa. Quanto à justiça das medidas tem a ver com o que foi dito na última Assembleia Municipal de que este cortes tem sido cegos porque os Municípios pequenos são os mais prejudicados. Que ouviu uma declaração do Snr. Presidente da Câmara em que demonstra a sua preocupação nesta matéria e com o qual manifesta a sua total solidariedade. - - - - -

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que todos estamos preocupados e solidários com aqueles que vão sofrer mais. Que se o Dr. Miguel quisesse que a moção fosse aprovada por unanimidade teria feito uma moção consensual indo ao encontro da preocupação de todos, propondo que a mesma fosse reformulada para posterior votação da Assembleia Municipal, o que foi aprovado por unanimidade. - - - - -

Transcrição da Moção após reformulação: - - - - -

“MOÇÃO- - - - -

Já é do conhecimento de todos nós as propostas inscritas no Orçamento de Estado para 2011, sobre as verbas a transferir para as autarquias locais – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. - - - - -

Também já todos fizemos as contas, estamos a elaborar ou já elaboramos os nossos Planos de Actividade e orçamentos para 2011 e com certeza chegámos à triste conclusão o quanto estão comprometidas as actividades e compromissos das autarquias perante as populações que nos elegeram. -----

Numa época de crise evidente, em que os cidadãos vêem ser afectados sectores determinantes como o social, a educação, a saúde, o emprego, a acção social, não é justo que aqueles que estão mais próximos de quem mais precisa e de quem mais vive a crise, se veja forçado a não poder prestar a ajuda esperada. -----

Um corte de cerca de um milhão de euros no orçamento do Município de Mértola – é obra – a menos. Tal como é dramático o corte de 5, 10 ou 15 mil euros no orçamento de qualquer freguesia deste concelho ou deste país. -----

Perante esta situação imposta, os eleitos da Assembleia Municipal de Mértola – legais representantes das populações, reunidos em sessão ordinária no dia 29 de Novembro, querem também manifestar a sua preocupação e desagrado, perante o Orçamento de Estado apresentado e mais concretamente no que se refere à distribuição das verbas para os municípios e freguesias. Desta moção deverá ser dado conhecimento: -----

-ANMP- -----

-ANAFRE- -----

-Outras entidades.” -----

----- Colocada à votação foi aprovada por unanimidade. -----

#### **1.5.- SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTANA DE CAMBAS:** -----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas apresentou o relatório da vistoria efectuada ao edifício sede daquela Junta, onde se apura que o mesmo se encontra em risco de ruína eminente colocando em perigo pessoas e bens. Disse ainda que a situação é muito grave e há que serem apuradas responsabilidades pelo estado em que se encontra o edifício. ---

----- O Plenário tomou conhecimento. -----

#### **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

##### **1.- APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 2010:** -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 92 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de Janeiro, foi presente, para aprovação a acta da reunião ordinária desta Assembleia, realizada no dia 24 de Setembro passado. -----

----- Colocada à votação foi aprovado por maioria com duas abstenções. -----

----- Abstiveram-se os membros Snr. Mário José Eugénio e Maria Odete Guerreiro Teixeira por não terem estado presentes na sessão. -----

##### **2.- INSPECÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE MÉRTOLA – RELATÓRIO:** -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de Janeiro, foi presente, para conhecimento, o Relatório da Inspeção Ordinária efectuada ao Município no ano transacto, bem como o ofício resposta ao mesmo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

##### **2.1.- INSPECÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE MÉRTOLA – DISCUSSÃO:** -

----- Tomando a palavra, a Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que o Relatório deu entrada em Fevereiro de 2010, o Snr. Presidente despacha para conhecimento da Câmara e Assembleia Municipais em Março, estamos praticamente em Dezembro e só agora é que a Assembleia toma conhecimento do documento. Disse ainda que estava à espera que a inspecção fosse mais minuciosa. -----

----- O membro Snr. José Neto disse que a Câmara e o Executivo estão de parabéns porque a inspecção não encontrou nada de especial e apenas apresenta meia dúzia de recomendações. ---

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que sendo um documento de grande importância, obviamente que nos devemos congratular com ele e que as recomendações feitas são meramente

administrativas. Disse ainda que todas as inspecções são feitas por amostragem ou por denúncia e que nada tem a acrescentar senão dirigir uma palavra de apreço ao Executivo e aos funcionários municipais. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara disse que elaborou logo que recebeu o Relatório o despacho para conhecimento da Câmara e da Assembleia, mas que o funcionário responsável, por ser demasiado diligente achou que só o deveria trazer à Assembleia quando todas as questões colocadas tivessem sido respondidas e não veio logo por essa razão e que embora tardiamente esteve sempre disponível para consulta nos serviços. -----

----- Prossequindo disse que o Relatório não tem a ver só com a sua gestão mas também com a de executivos anteriores e que embora os relatórios sejam feitos por amostragem o inspector viu muitos assuntos com alguma profundidade. Que as palavras de apreço que ouviu são mais que merecidas, não para si, mas para os técnicos que trabalham com os processos e demonstram todo o seu profissionalismo. -----

----- Disse ainda que se tratou de uma inspecção ordinária, que estava previamente agendada, e que todos nos devemos congratular por apenas fazer recomendações em seis alíneas, revelando o profissionalismo, seriedade e exigência dos funcionários municipais, bem como o rigor da nossa gestão. -----

### **3.- PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL DE MÉRTOLA: -----**

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 3 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, para aprovação, o Plano Operacional Municipal de Mértola. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Plano. -----

### **4.- ADESAO DA CÂMARA MUNICIPAL À FEDERAÇÃO DE CÂMARAS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIAS DA AMÉRICA DO SUL: -----**

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea m) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo solicita autorização para adesão à Federação em referência. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a Câmara Municipal a aderir à Federação de Câmaras de Comércio e Indústrias da América do Sul. -----

### **5.- ALSUD – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL: -----**

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, para conhecimento, o aumento de capital da ALSUD, Cooperativa em que a Autarquia é a cooperante com maior participação no capital. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### **6.- DOCUMENTO INTEGRADOR DA INTERVENÇÃO DE QUALIFICAÇÃO URBANA EM CORTE DA VELHA: -----**

----- Foi presente uma informação aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 17 de Novembro corrente do seguinte teor: -----

----- "O Regulamento Especifico "Acções de Valorização e Qualificação Ambiental", do Eixo 4, do INAlentejo (Programa Operacional Regional Alentejo 2007/20\3) prevê o apoio a Operações de qualificação urbana de pequenos aglomerados não abrangidos pelas alíneas a) e b) do Artigo 5.º do Regulamento Especifico - Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana. ---

----- No âmbito do Regulamento supracitado encontra-se aberto, até ao dia 02 de Dezembro de 2010, um Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas que enquadra a tipologia de Operações referida (Operações de qualificação urbana de pequenos aglomerados), desde que as mesmas concorram para valorizar equipamentos, espaços públicos ou valores patrimoniais e, cumulativamente: -----

a)- O aglomerado urbano se localize em territórios de baixa densidade ou integre com esses territórios um Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos reconhecido nos termos regulamentares como Estratégia de Eficiência Colectiva; -----

b)- O aglomerado urbano se destaque por singularidades relevantes; -----

c)- A Operação esteja inserida numa estratégia integrada de desenvolvimento definida pelo Município e seja demonstrado o contributo da operação para a concretização dessa estratégia.

----- Para cumprimento do previsto no ponto c., a candidatura deve ser apresentada conjuntamente com um Documento Integrador da Intervenção, da responsabilidade do Município e que deve ser aprovado pelos seus órgãos competentes para o efeito. -----

----- Neste contexto, e de acordo com as orientações do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi elaborado, pelo Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento em articulação com o Gabinete de Gestão do Plano, o "Documento Integrador da Intervenção de Qualificação Urbana em Corte da velha" (em anexo), com o objectivo de enquadrar a Operação "Pavimentação de Arruamentos em Corte da Velha".-----

----- Face ao exposto, deverá o citado "Documento Integrador da Intervenção de Qualificação Urbana em Corte da Velha" ser presente à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, para sua aprovação."-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o documento conforme proposto.-----

#### **7.- DOCUMENTO INTEGRADOR DA INTERVENÇÃO DE QUALIFICAÇÃO URBANA EM CORVOS:**-----

----- Foi presente uma informação aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 17 de Novembro corrente do seguinte teor:-----

----- "O Regulamento Específico "Acções de Valorização e Qualificação Ambiental", do Eixo 4, do INAlentejo (Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013) prevê o apoio a Operações de qualificação urbana de pequenos aglomerados não abrangidos pelas alíneas a) e b) do artigo 5.º do Regulamento Específico - Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana. ---

----- No âmbito do Regulamento supracitado encontra-se aberto, até ao dia 2 de Dezembro de 2010., um aviso de concurso para apresentação de candidaturas que enquadra a tipologia de Operações referida (operações qualificação urbana de pequenos aglomerados), desde que as mesmas concorram para valorizar equipamentos, espaços públicos ou valores patrimoniais e, cumulativamente:-----

a)- O aglomerado urbano se localize em territórios de baixa densidade; -----

b)- O Aglomerado urbano se destaque por singularidades relevantes; -----

c)- A Operação esteja inserida numa estratégia integrada de desenvolvimento definida pelo Município e seja demonstrado o contributo da operação para a concretização dessa estratégia.

----- Para o cumprimento do previsto na alínea c, a candidatura deve ser apresentada conjuntamente com um documento integrador da intervenção, da responsabilidade do Município e que deve ser aprovado pelos seus órgãos competentes para o efeito. -----

----- Neste contexto, e de acordo com as orientações d Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi elaborado, pelo Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento em articulação com o Gabinete de Gestão do Plano, o "Documento Integrador de Intervenção de Qualificação Urbana em Corvos" (em anexo), com o objectivo de enquadrar a Operação " Pavimentação de Arruamentos em Corvos".-----

----- Face ao exposto, deverá o citado "Documento Integrador da Intervenção de Qualificação Urbana em Corvos" ser presente à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, para a sua aprovação."-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o documento conforme proposto.-----

## **8.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA 2011 E ANOS SEGUINTE:** -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, sob proposta do Executivo aprovada em reunião de 17 de Novembro corrente, as Grandes Opções do Plano do Município para 2011 e anos seguintes. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze (13) votos a favor e oito (8) votos contra dos eleitos da CDU, aprovar as Grandes Opções do Plano para 2011 e anos seguintes. -----

### **8.1- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA 2011 E ANOS SEGUINTE – DISCUSSÃO:** -----

----- O membro Dr. Miguel Bento disse que o que está em discussão são as principais opções políticas da maioria e as suas prioridades que são legítimas porque têm a maioria, mas que gostaria de dizer que se fosse a CDU a fazer o Plano as prioridades não teriam sido estas. Que tem críticas a fazer ao documento porque em sua opinião é pouco claro e do ponto de vista técnico/político contém discordâncias relativamente a certas prioridades. -----

----- Prosseguindo disse lamentar que a maioria do PS não tivesse aceiteado as propostas feitas pelos eleitos da CDU no Órgão Executivo embora reconheça que haja toda a legitimidade para não terem sido aceites. -----

----- Disse ainda que este documento é muito sério e em sua opinião deveria também ser claro já que contempla algumas rubricas que não sabe a que se destinam e não estão devidamente especificadas, pelo que tem discordâncias e perguntas a fazer. Que há projectos que se diziam estruturantes para o Concelho e que agora não estão contemplados com qualquer verba, como é o caso do Centro de Turismo e Natureza; Que o Lar das 5 Freguesias só poderá avançar com a comparticipação da Câmara e a verba a ele atribuída é de 130.000 euros. -----

----- Prosseguindo, disse que não sabe como é que a Câmara vai gastar 199 mil euros na revisão de planos e pagar a equipas externas quando tem nos seus quadros cerca de 40 técnicos superiores, perguntando se a Câmara não teria possibilidade de constituir equipas internas para elaborar estes planos. -----

----- Que reconhece a legitimidade da maioria do Executivo fazer as coisas desta forma, mas a sua opinião é exactamente outra. -----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros disse que o documento contempla verba para a construção de casas mortuárias e cemitérios, perguntando se está previsto alguma coisa para S. João dos Caldeireiros. -----

----- Tomando a palavra, a Snrª Presidente da Junta de Freguesia de Mértola disse que as rubricas constam do modelo oficial pelo que considera a questão do Dr. Miguel Bento como uma não questão. Que questione o montante da verba tudo bem, mas o modelo oficial não é escolhido pelo Executivo e não faz nenhum sentido a questão colocada. -----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis perguntou se se fariam as intervenções na sua freguesia de o Executivo da Junta ainda fosse PS. -----

----- O Snr. Presidente da Assembleia disse que o Lar das 5 Freguesias só pode ser construído ao abrigo da legislação das IPSS's e não é responsabilidade da Autarquia. Que o Dr. Miguel Bento, de forma genérica referiu as propostas dos Vereadores da CDU no Executivo como se as mesmas fossem apenas de 3 ou 4 mil euros, pelo que de seguida passou a ler uma por uma as propostas apresentadas pelos Vereadores da CDU em reunião do Executivo Municipal, e disse que, como é possível em tempo de crise e com todas as reduções e cortes que estão a ser feitos, os Vereadores apresentarem uma proposta deste tipo. -----

----- Que estava à espera que fosse realçado, porque é positivo e ninguém falou, de que o Executivo não mexeu nos apoios sociais, mantendo-se a solidariedade com os mais pobres, nem

na Unidade Móvel. Que em sua opinião o Dr. Miguel Bento veio para a reunião com ideias fixas e o sentido de voto já feito. -----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que não é de ideias fixas e já as mudou muitas vezes. Que leu atentamente o documento, discutiu o documento com os colegas e falou com os técnicos da Câmara. Relativamente ao preciosismo das rubricas, disse, sabe que estão de acordo com o POCAL, mas nada impede que possam nalgumas situações ser específicas e claras e que até quando foi Vereador se debateu sempre para a não existência de rubricas genéricas. Quanto à solidariedade disse ser assistente social por opção de vida e é aquela que entende ser dispensando lições. -----

----- O membro Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique perguntou a que se referem os 500.000 € correspondentes a venda de terrenos, pensando que se tratam de receitas, perguntou que terrenos são. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara disse que na reunião de Câmara respondeu aos Vereadores da CDU da mesma forma que o vai fazer a gora, começando por dizer que o documento apresentado é muito similar ao do ano passado em termos de estrutura técnica, como vem sendo feito em anos anteriores, exactamente da mesma forma, e agora é que tem mais rubricas porque há uns anos era muito mais sintético e menos específico e que sendo uma estrutura puramente técnica, até a própria introdução foi elaborada pelos técnicos a fim de eliminar o peso político do documento. -----

----- Prosseguindo disse que o documento se divide em três partes sendo que uma delas tem a ver com compromissos anteriores que foram assumidos há anos. Que o segundo nível tem a ver com valores fixos, despesas fixas que a Câmara tem, vencimentos, rendas, gasóleos, consumíveis, etc. e que o terceiro nível tem sim a estratégia política a qual reflecte o programa eleitoral que foi votado maioritariamente pelos munícipes do Concelho de Mértola. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que o documento está feito muito ao pormenor e que qualquer pessoa com menos conhecimento consegue saber o destino das verbas. -----

----- De seguida o Snr. Presidente explicou o motivo da rubrica “diversos” “ou outros” constante no Plano de Actividades, que havia sido questionado. -----

**ALTERAÇÃO AO QUORUM:-** Neste ponto da ordem de trabalhos saiu da reunião o membro Dr.<sup>a</sup> Odete Palma. -----

----- Continuando com a palavra o Snr. Presidente da Câmara, respondendo ao Dr. Miguel Bento sobre a eventualidade dos técnicos municipais elaborarem os planos, disse que a Câmara não dispõe de técnicos em todas as especialidades necessárias para esse efeito e que sendo um gabinete a executá-los, dá outra isenção em termos políticos a esses planos e deixa de haver tendência em criticar politicamente.

----- Disse ainda que os valores referentes a cemitérios e casas mortuárias respeitam a delegações de competências com as juntas de freguesia e com a obra de construção do novo cemitério de Mértola cuja empresa adjudicatária está em processo de insolvência. -----

----- Quanto á questão colocada pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que o valor da venda de terrenos corresponde ao loteamento da Mina de S. Domingos. -----

----- Disse também que este documento agora em discussão foi extremamente difícil de elaborar e de conciliar devido aos cortes orçamentais feitos pelo Governo Central e porque a Câmara quer continuar a assumir as verbas afectas às questões sociais, realçando o importante papel e esforço dos técnicos municipais que o elaboraram. -----

----- De seguida o Snr. Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre as candidaturas que a Câmara Municipal efectuou, dizendo que o valor total do documento é de 31.198 mil euros, um dos valores mais altos dos últimos anos sendo que metade é com financiamento definido. - -

----- Tomando novamente a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que, relativamente à intervenção do Snr. Presidente, uma grande fatia do orçamento municipal é para pagamento dos empréstimos contraídos pelos Executivos CDU e congratula-se por isso já que foi dito que a

CDU tinha o dinheiro no Banco. Referiu ainda que as dúvidas que esclareceu junto dos técnicos da autarquia foram questões técnicas e não orientações políticas. -----  
----- Quanto à clareza do documento, disse ainda o Dr. Miguel Bento que em sua opinião ela não é assim tão claro como foi referido pelo Snr. Presidente da Câmara e que relativamente às prioridades as suas opções seriam outras e obviamente sujeitas a críticas. -----  
----- Sobre os empréstimos, o Snr. Presidente referiu que sempre disse que houve contratação de bastantes empréstimos pelos Executivos CDU, e na discussão sobre limites de endividamento já tinha dito que chegavam a ultrapassar 90% das capacidades, que já fez o mesmo e considera uma boa medida de gestão já que permite antecipar 2 ou 3 anos de investimentos. -----  
----- O Snr. Presidente da Câmara explicou ainda a razão dos 10.000 euros na Feira da Caça, informando que se trata do valor que foi orçamentado nesse item já que as contas ainda não estão todas feitas faltando ainda pagar algumas facturas para que o processo seja dado por concluído. -----

----- Foi apresentada pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal uma Declaração de Voto a qual foi lida em voz alta e fica anexa à minuta desta acta. -----  
----- Também os eleitos do PS na Assembleia Municipal apresentaram uma Declaração de Voto, que foi lida em voz alta e fica anexa à minuta desta acta. -----

#### **9.- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2011 E ANOS SEGUINTE:** -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, sob proposta do Executivo aprovada em reunião de 17 de Novembro corrente, o Orçamento do Município para 2011 e anos seguintes. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze (13) votos a favor e oito (8) votos contra dos eleitos da CDU, aprovar o Orçamento do Município para 2011 e anos seguintes. -----

#### **10.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA MERTURIS PARA 2011:** -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, sob proposta do Executivo aprovada em reunião de 17 de Novembro corrente, o Plano de Actividades e Orçamento da MERTURIS para o ano de 2011. -----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o Plano de Actividades e Orçamento da MERTURIS para 2011. -----

#### **11.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO SERRÃO MARTINS PARA 2011:** -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, sob proposta do Executivo aprovada em reunião de 17 de Novembro corrente, o Plano de Actividades e Orçamento da Fundação Serrão Martins para o ano de 2011. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze (13) votos a favor e oito (8) votos contra dos eleitos da CDU, aprovar o Plano de Actividades e Orçamento da Fundação Serrão Martins para 2011. -----

#### **11.1.- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO SERRÃO MARTINS PARA 2011 - DISCUSSÃO:** -----

----- Tomando a palavra, a Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que o Plano de Actividades e Orçamento da Fundação para o ano de 2011 é 80% igual ao que foi apresentado para o ano de 2010, dizendo tratar-se praticamente de um “copy/paste”. -----

----- Disse ainda lamentar que esta entidade seja mal gerida e que não cumpra os objectivos para que foi criada, dizendo que a mesma merecia um pouco mais. -----



----- Prosseguindo disse que a Fundação faz muito pouco e o pouco que faz não é visível ao contrário da MERTURIS, mesmo sabendo que têm objectivos diferentes. Que a Fundação fez mais antes de existir juridicamente do que o está a fazer agora que está legalmente constituída. Que não tem prestado um bom serviço e não tem cumprido com os objectivos de quem a quis criar, que foi o PS. Disse ainda que é uma vergonha que tendo o nome que tem, um nome mítico para o Concelho, nada faça para o prestigiar. -----

----- O membro Dr. João Serrão disse que gostaria que a Dr.<sup>a</sup> Maria José visitasse a Fundação e tomasse conhecimento “in-loco” do enorme trabalho de investigação científica que lá é feito, nomeadamente com o historial do mineiro. Que discorda completamente do que foi dito de falta de qualidade, chamando-lhe mais falta de conhecimento do trabalho que é feito, trabalho esse que em nada tem a ver com o trabalho que é feito pela MERTURIS, pelo que desde já convida, em nome do Centro de Estudos e do Centro Documental da Fundação, a Dr.<sup>a</sup> Maria José para ver o trabalho que tem sido feito pela Fundação Serrão Martins, convite este extensivo a toda a Assembleia. -----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que não está à espera que a Fundação organize festas, mas sim que faça o que está nos estatutos e que é bem diferente. Que há anos que a Mina de S. Domingos está em vias de classificação e se ainda não o foi deve-se à falta de estratégia da Fundação e da Câmara. -----

----- Tomando a palavra o Snr. Presidente da Assembleia disse que a Fundação também lhe diz muito até pelo nome, e que para si é uma honra que tenha sido o Executivo PS que lhe deu o nome e que a criou. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Assembleia que embora o trabalho não seja visível e passe muitas vezes ao lado, orgulha-se da Fundação e do trabalho que esta desenvolve, conseguindo-o com bastantes dificuldades já que vive exclusivamente das receitas da Autarquia. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara, intervindo, disse que qualquer um dos dois, a MERTURIS e a Fundação tem tido um papel bastante importante no Concelho o da MERTURIS com um papel mais visível porque colabora com a Câmara na realização de eventos de alguma visibilidade. Que dentro dos estatutos e dos objectivos da Fundação há um que é a divulgação e promoção do património mineiro da Mina de S. Domingos e que, em sua opinião, está a ser feito muito bem. Que recentemente a Câmara participou com mais 32 municípios no Roteiro de Minas, cuja página da Internet contou com mais de 5.000 visionamentos sendo que cerca de metade foi da Mina de S. Domingos porque a Fundação tem estado nos fóruns e tem divulgado o património mineiro e esse tem sido o seu papel principal. Que a Fundação tem mais dois projectos em parceria, um com a MERTURIS e outro com a Câmara e que, em seu entender, a Fundação está a cumprir, e bem, o que está no seu objecto social. -----

## **12.- REVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ACORDO COM O DL 305/2009, DE 23-10: -----**

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea n) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artº 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, foi presente uma Proposta aprovada em reunião do Executivo de 17 de Novembro corrente, com vista à revisão da organização dos Serviços Municipais. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a organização dos Serviços Municipais conforme proposto. -----

## **13.- MAPA DE PESSOAL PARA 2011: -----**

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea o) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente uma Proposta aprovada em reunião do Executivo de 17 de Novembro corrente, com vista à aprovação do Mapa de Pessoal para 2011. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com treze (13) votos a favor e oito (8) votos contra dos eleitos da CDU, aprovar o Mapa de Pessoal para 2011. -----

### **13.1.- MAPA DE PESSOAL PARA 2011 – DISCUSSÃO:** -----

----- Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse ter dúvidas e discordâncias nalgumas questões. Que tem dificuldades em perceber porque razão a DOTAU precisa de um arqueólogo já que existe em Mértola uma instituição altamente capacitada para esses serviços com pessoal qualificado para o efeito. -----

----- Disse ainda que há alguma incongruência com as áreas de formação académica e profissional de alguns lugares de chefia, porque se a Câmara quisesse assumir que para lugares de chefia tinha de ter esta ou aquela formação fá-lo-ia para todos e não lhe parecer correcto que essas exigências sejam para uns e não para outros. -----

----- A Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique disse que a Câmara tem um quadro “gordo” e depois encomenda coisas por fora. Que se a Câmara tem muitos técnicos e o trabalho deveria ser feito pelos técnicos municipais. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que o mapa de pessoal é um documento previsional e que nem todos os cargos têm de ter concurso. -----

----- Que entende não responder às questões pontuais que foram feitas sobre a formação das pessoas e que, enquanto Presidente da Câmara é ele que deve escolher o perfil de quem vai ocupar determinados cargos. -----

----- Relativamente à questão do arqueólogo o Snr. Presidente da Câmara disse que há trabalhos que podem não ser feitos por nenhum dos técnicos do Campo Arqueológico. -----

----- O Dr. Miguel Bento disse que continuam a existir problemas gravíssimos na Mina de S. Domingos e a Câmara não arranja um Gabinete para dar apoio àquela zona do Concelho. -----

----- Disse ainda o Dr. Miguel Bento que, relativamente aos quadro superiores não vai dizer se estão a mais ou a menos, mas em sua opinião estão mal geridos. -----

### **14.- ALTERAÇÃO DO PDM POR ADAPTAÇÃO:** -----

----- Foi presente uma informação aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 17 de Novembro corrente do seguinte teor: -----

----- "Com a entrada em vigor do PROTA, aprovado pela RCM n.º 53/2010 de 2 de Agosto, os Municípios cujo PDM tenham incompatibilidades identificadas no Anexo 11 daquele plano, têm de proceder à sua alteração por adaptação, nos termos do artigo 97º do DL 316/2007 de 19 de Setembro, no prazo de 90 dias, sob pena de suspensão do licenciamento das operações urbanísticas abrangidas pela proibição do PROTA, até à revisão do PDM. -----

----- As alterações ao PDM entrarão em vigor com a sua publicação em Diário da República, após aprovação da proposta de alteração em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal. -----

----- Na sequência da informação e acompanhamento prestados pela CCDRA relativamente à aplicação do PROTA no PDM de Mértola, foi elaborada a proposta em anexo, de alteração às disposições do regulamento do PDM, relativamente às incompatibilidades identificadas no Anexo 11 do PROTA (art.º 24º do regulamento do PDM)." . -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao PDM conforme proposto. -----

### **15.- FISCALIZAÇÃO DOS ACTOS DA CÂMARA:** -----

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi presente uma Informação do Snr. Presidente da Câmara de que um exemplar fica anexa à minuta desta acta. -----

----- O membro Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique começou por se congratular pelo facto de nos últimos tempos ter havido um novo impulso relativamente aos anexos da Mina de S. Domingos. Que lhe foi transmitido por um Vereador do Executivo que na última reunião de Câmara o Snr. Presidente afirmou que antes dos Executivos PS nada foi feito na Mina de S. Domingos, o que em sua opinião foi uma intervenção desprestigiante, querendo dizer que os Executivos CDU nada fizeram na Mina de S. Domingos e sente-se atingida tanto ela como os outros técnicos que lá trabalharam durante os Executivos da CDU, com ou sem simpatia política. -----

----- Disse ainda a Dr.<sup>a</sup> Maria José que o Acordo da Mina de S. Domingos foi assinado em 1996 entre a Câmara, a La Sabina e o Estado Português e que antes da sua assinatura a Mina de S. Domingos já tinha o PGU aprovado. Que foi feito todo o levantamento da Mina de S. Domingos e Pomarão, e foi criado um Gabinete com técnicos de várias áreas., concordando no entanto que muito ficou por fazer, mas o Presidente na altura nunca deixou que a La Sabina aumentasse o preço das casas, coisa que o actual Presidente está a fazer. -----

----- Prosseguindo disse que gostaria de saber quais os pontos do Acordo que só começaram a ser feitos após a chegada milagreira do Snr. Presidente, porque dizer que nada foi feito e só agora é que está a ser feito não é muito correcto da parte do Presidente da Câmara. -----

----- Tomando a palavra o Snr. Presidente da Câmara disse que para sermos respeitados temos que respeitar os outros e a Dr.<sup>a</sup> Maria José Henrique foi desrespeitadora com o Presidente da Câmara. Que nunca se considerou milagreiro nem a sua chegada milagrosa. Que não chegou, já cá estava porque é um filho do Concelho que faz tudo o que está ao seu alcance para o desenvolvimento do mesmo. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente da Câmara que a sua intervenção naquele Órgão não foi desprestigiante e apenas se limitou à verdade dos factos. Que nessa reunião foram discutidas algumas questões relacionadas com o Acordo da Mina de S. Domingos e na discussão de um desses assuntos foi comentada a questão das casas e foi dito por um dos Vereadores que os preços estavam três vezes mais altos do que inicialmente, e o que respondeu foi que se esse valor é mais alto e as pessoas se queixam que coloquem o assunto à Câmara. -----

----- Que também se discutiu o trabalho que foi feito na Mina de S. Domingos e nunca disse que nada foi feito, disse sim que o que fez não foi muito. -----

----- Disse também o Snr. Presidente da Câmara que em 2001 muitos dos pontos do Acordo não foram trabalhados, tendo nessa altura ficado com a ideia de que os Vereadores desconheciam o Acordo. Relativamente à venda das casas o que disse foi exactamente o contrário, foi que a grande maioria foi vendida antes de 2002 (logo antes de ter chegado à Câmara). Que foi também questionado pelos Vereadores sobre a questão do cemitério tendo-lhes dito que deveriam falar com os técnicos que estavam na Mina de S. Domingos em 1996, ou com o Executivo desse tempo porque não tinha conhecimento dos factos expostos pelos Vereadores. -

----- A Snr<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva solicitou informação ao Snr. Presidente da Câmara sobre o estado do processo referente à ETAR de Vale de Açor de Cima. -

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que os proprietários questionaram sobre o efluente da ETAR que iria para as suas propriedades, que se tentou encontrar uma solução, tendo sido apresentado um parecer técnico por um dos proprietários e apresentado um orçamento para uma solução alternativa. Que neste momento a proposta está a ser analisada pelos Serviços da DOPE e o que está a ser estudado é a descarga do efluente da ETAR noutra linha de água. Que o saneamento de Vale de Açor de Cima é uma das empreitadas que irá ser lançada ainda em 2011.

----- O Vereador Dr. Miguel Bento leu em voz alta uma Recomendação cujo teor se transcreve e fica anexa à minuta desta acta: -----

“Recomendação-----

No âmbito de iniciativas diversas como é o caso do Festival islâmico, do festival do peixe do Rio e mais recentemente da feira da Caça, a gestão e receita de algumas componentes dessas iniciativas, nomeadamente a receita das Bilheteiras, tem sido arrecadada quase em exclusivo por uma única entidade, no caso o Clube Náutico de Mértola. -----

Sem colocar em causa o trabalho desenvolvido por esta associação do Concelho, ainda recentemente destacado e reconhecido unanimemente nesta Assembleia Municipal, impõe-se, em nome da transparência, da clareza e da justiça, alterar este procedimento. -----

Assim, vêm os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Mértola, recomendar ao Presidente da Câmara, que os serviços municipais elaborem um Regulamento que coloque todas as entidades associativas do Concelho em pé de igualdade neste domínio, estabelecendo, e entre outros pontos, critérios claros e objectivos na definição deste tipo de parcerias, permitindo que

outras associações como os Bombeiros Voluntários, Clubes Desportivos, IPSS's, Colectividades, etc, possam, e em paralelo com o Clube Náutico, beneficiar de algumas receitas adicionais.” -----

----- O membro Dr. João Serrão disse que existe um protocolo com o Clube Náutico, mas aberto a qualquer entidade que queira participar em diversas iniciativas de âmbito cultural, desportivo, recreativo ou outras. -----

----- Que até já participaram outras entidades, em parceria com o Clube Náutico, mas depois desistiram. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse ter tomado nota da recomendação e solicitou aos Serviços de Apoio à Assembleia uma cópia da mesma. -----

----- O Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros disse com a obra de saneamento em S. João, o muro do poço ficou partido assim como o do campo de futebol e do espaço junto à casa mortuária. -----

----- Perguntou ainda se houve alguma alteração relativamente ao baldio de S. João. -----

----- O Snr. Presidente disse que iria ver o que se passa em S. João dos Caldeireiros porque não tem conhecimento da situação. -----

----- O Snr. Presidente da Assembleia Municipal disse que mais uma vez o Snr. Presidente da Câmara se tinha esmerado na Informação à Assembleia, focando os pontos mais importantes da mesma, nomeadamente a realização da 1ª Feira da Caça, iniciativa coroada de grande êxito, que atraiu um enorme número de visitantes ao nosso Concelho, a deslocação do Snr. Presidente da Câmara ao Parlamento Europeu, para o qual foi convidado pelo Deputado Capoulas Santos, ainda no âmbito da Feira da Caça, o Encontro de Empresários, que contou com um elevado número de participantes e decorreu com o mesmo êxito dos Encontros realizados em anos anteriores. -----

----- Realçou ainda o Snr. Presidente da Assembleia a realização de mais um Encontro dos reformados do Concelho, o lançamento da 1ª pedra para construção do Loteamento da Cooperativa, há muito ambicionado, as comemorações do S. Martinho e a entrega dos diplomas de RVCC aos alunos credenciados, em cerimónia a que também esteve presente. Dizendo que estes são apenas alguns exemplos do bom trabalho com que o Executivo tem presenteado as populações do Concelho. -----

#### **16.- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

----- Encontrando-se público presente, o Snr. Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção do público previsto na lei. -----

----- Tomando a palavra o Snr. Matilde Romão, disse representar a empresa Agro-Romão que trabalhou em 2005 no regime de subempreitada nas obras do cemitério de Mértola. Que a Câmara pagou em 2007 à empresa o valor de 14.000 e tal euros e após essa data não pagou mais nada e queria saber o que a Câmara está a pensar fazer relativamente aos valores em dívida que o adjudicatário da obra ainda tem como a sua empresa. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Câmara fez o historial da situação à Assembleia Municipal, começando por informar que a empresa representada do Snr. Romão trabalhou como subempreiteira da Mimogal na obra de construção do novo cemitério de Mértola. Que esta empresa, durante o período de inquérito da obra, comunicou à Câmara as dívidas que a empresa adjudicatária tinha para com eles. Que após ter sido efectuada a conta final da obra a Câmara reteve algum dinheiro que a Mimogal tinha a receber e pagou os referidos 14.000 e tal euros à subempreiteira. -----

----- Que a empresa Mimogal abriu falência e a Câmara não pode assumir as suas dívidas. Que a Agro-Romão deverá solicitar as verbas que lhe são devidas aos liquidatários de falência da Mimogal. -----

----- Disse ainda o Snr Presidente que sabe existir ainda algum montante para pagar à Mimogal, mas não sabe qual o valor. Que o caso aqui colocado é a Mimogal que deve ao subempreiteiro e não a Câmara, porque a Câmara pagou à Mimogal e não o vai fazer duas vezes. Que aquilo que

a Câmara pode fazer é reter os valores que ainda estão para pagar à Mimogal, mas não se pode responsabilizar pelas dívidas da Mimogal aos subempreiteiros. -----

**17.- APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a acta fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. -----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da acta em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade. -----

**18.- ENCERRAMENTO:** -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 20,20 horas. -----

----- E eu  
subscrevo e assino.

1º Secretário da Assembleia, a redigi,

O Presidente \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

O 2º Secretário \_\_\_\_\_